Portugal, Vila Nova da Barquinha, de nacionalidade portuguesa, nascido em 22 de Setembro de 1963, casado, titular do bilhete de identidade n.º 6909532, com domicílio na Rua Doutor Gomes Oliveira, lote 17, 6.º-A, Olivais Norte, 1800 Lisboa, por se encontrar acusado da prática de um crime de anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial, celebrados após esta declaração (conforme artigo 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal), por despacho de 7 de Setembro de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por se apresentar em juízo.

8 de Setembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Manuela Fonseca*. — A Oficial de Justiça, *Dora Marques*.

Aviso n.º 5121/2006 — AP

A Dr.ª Manuela Fonseca, juíza de direito do 2.º Juízo Criminal do Tribunal de Família e Menores e de Comarca de Vila Franca de Xira, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 139/01.5GGVFX, pendente neste Tribunal contra o arguido Vítor Jorge do Carmo Sousa Lopes, filho de João Maria de Sousa Lopes e de Rosa do Carmo, natural de Vila Franca de Xira, Alverca do Ribatejo, Vila Franca de Xira, de nacionalidade portuguesa, nascido em 10 de Dezembro de 1955, casado, titular do bilhete de identidade n.º 9792980, com domicílio na Rua da Fraternidade, 5, 1.º, Queluz, 2745-174 Sintra, por se encontrar acusado da prática de um crime de ofensa à integridade física qualificada, previsto e punido pelos artigos 146.º e 132.º, n.º 2, alíneas *d*) e *h*), do Código Penal, praticado em 8 de Março de 2001, um crime de dano simples, previsto e punido pelo artigo 212.º do Código Penal, praticado em 8 de Março de 2001, foi o mesmo declarado contumaz, em 31 de Julho de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos posteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, nomeadamente bilhete de identidade, carta de condução, passaporte e suas renovações, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

8 de Setembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Manuela Fonseca*. — A Oficial de Justiça, *Maria Isabel Matos*.

Aviso n.º 5122/2006 — AP

A Dr.ª Carla Ventura, juíza de direito do 2.º Juízo Criminal do Tribunal de Família e Menores e de Comarca de Vila Franca de Xira, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 267/01.7TAVFX, pendente neste Tribunal contra a arguida Maria Helena Miranda Rodrigues, filha de António Joaquim Rodrigues e de Constança Fernanda Maria de Miranda Rodrigues, natural de São Sebastião da Pedreira, Lisboa, de nacionalidade portuguesa, nascida em 21 de Junho de 1954, casada, com domicílio na Avenida da República, 2, 10.º-B, Portela, 2685 Portela, por se encontrar acusado da prática de um crime de desobediência, praticado em 21 de Setembro de 2000, por despacho de 25 de Julho de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal.

25 de Julho de 2006. — A Juíza de Direito, *Carla Ventura*. — A Oficial de Justiça, *Maria Elisabete Ribeiro*.

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE PEQUENA INSTÂNCIA CRIMINAL DE LOURES

Aviso n.º 5123/2006 — AP

A Dr.ª Orlanda Marques, juíza de direito em substituição da juíza titular do 1.º Juízo do Tribunal de Pequena Instância Criminal de Loures, faz saber que, no processo comum (tribunal singular) n.º 238/04.1PTLRS, pendente neste Tribunal contra o arguido Assifo Ibraimo Ismael, filho de Ibraimo Ismael e de Saquina Aboobakar Mohamed

Khan, natural de Moçambique nascido em 29 de Junho de 1977, solteiro, titular do passaporte n.º AaO19182, com domicílio na Rua Paiva de Andrade, 16, 3.º, esquerdo, 2675 Odivelas, por se encontrar acusado da prática de 2 crimes de condução sem habilitação legal, previsto e punido pelas disposições conjugadas dos artigos 121.º, n.º 1, 122.º, n.º 1, e 123.º, n.º 1, todos do Código da Estrada e pelo artigo 3.º, n.ºs 1 e 2, do Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, praticado em 17 de Abril de 2004, e de duas contra-ordenações, previsto e punido pelo artigo 85.º, n.º 1, alínea *a*), e n.º 4, do Código da Estrada, praticado em 17 de Abril de 2004. Por despacho de 4 de Setembro de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por ter prestado termo de identidade e residência.

5 de Setembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Orlanda Marques*. — A Oficial de Justiça, *Ana Vitória Cardoso*.

Aviso n.º 5124/2006 — AP

O Dr. José Valério, juiz de direito, em acumulação de funções no 1.º Juízo do Tribunal de Pequena Instância Criminal de Loures, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 988/02.7GELRS, pendente neste Tribunal o arguido Adrian Predescu, filho de Michail Predescu e de Elena Predescu, natural da Roménia, nascido em 13 de Abril de 1979, solteiro, portador do passaporte n.º 06685130, com último domicílio conhecido na Pensão Sevilha, Praça da Alegria, 11, 2.º, 1250 Lisboa, encontra-se acusado da prática de um crime de furto simples, previsto e punido nos termos do artigo 203.º do Código Penal, por despacho proferido em 16 de Maio de 2006, foi o arguido declarado contumaz, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a passagem imediata de mandados de detenção para o arguido, para os efeitos do artigo 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal, a suspensão dos termos posteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal e a proibição desta obter ou renovar quaisquer documentos, designadamente, certidões de nascimento e casamento, bilhete de identidade, passaporte, carta de condução, registo criminal, certidões em conservatórias do registo predial, comercial ou automóvel, e, ainda, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial que venha a celebrar após esta declaração.

17 de Maio de 2006. — O Juiz de Direito, *José Valério*. — A Oficial de Justiça, *Ana Maria Branco C. Corda*.

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE PEQUENA INSTÂNCIA CRIMINAL DE LOURES

Aviso n.º 5125/2006 — AP

A Dr.ª Orlanda Marques, juíza de direito do 2.º Juízo do Tribunal de Pequena Instância Criminal de Loures, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 927/01.2PTLSB, pendente neste Tribunal contra o arguido Pedro Miguel Ferreira Trilho, nascido em 26 de Agosto de 1981, filho de Luís Filipe Tiago Trilho e de Maria Isabel Lopes Ferreira Trilho, natural de São Jorge de Arroios, Lisboa, titular do bilhete de identidade n.º 12512074, residente na Horta das Figueiras, Rua Alexandre Rosado, lote 29, 1.º, direito, 7000 Évora, por se encontrar acusado da prática de um crime de furto simples, previsto e punido pelos artigos 26.º e 203.º, n.º 1, do Código Penal, praticado em 29 de Março de 2001, foi declarada a cessação da contumácia, por despacho de 8 de Setembro de 2006, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal.

11 de Setembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Orlanda Marques*. — A Oficial de Justiça, *Fernanda Franco*.

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE PEQUENA INSTÂNCIA CRIMINAL DO PORTO

Aviso n.º 5126/2006 — AP

A Dr.ª Paula Cristina P. C. Melo, juíza de direito do 2.º Juízo do Tribunal de Pequena Instância Criminal do Porto, faz saber que, no

processo abreviado, n.º 96/06.1TPPRT, pendente neste Tribunal contra o arguido Artur Manuel Alves Coutinho, filho de António de Jesus Coutinho e de Laurinda Machado Alves, natural de Portugal, Miragaia, Porto, nascido em 9 de Outubro de 1954, casado, titular do bilhete de identidade n.º 6436763, com domicílio na Praça Augusto Lino dos Santos, Vila Nova de Gaia, 4400 Vila Nova de Gaia, por se encontrar acusado da prática de um crime de desobediência, previsto e punido pelo artigo 348.º do Código Penal, praticado em 14 de Julho de 2005, foi o mesmo declarado contumaz, em 30 de Junho de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, nomeadamente bilhete de identidade, carta de condução, passaporte e suas renovações, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

6 de Setembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Paula Cristina P. C. Melo*. — A Oficial de Justiça, *Maria da Graça Montenegro*.

3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE PEQUENA INSTÂNCIA CRIMINAL DO PORTO

Aviso n.º 5127/2006 — AP

A Dr.ª Paula Cristina P. C. Melo, juíza de direito do 3.º Juízo do Tribunal de Pequena Instância Criminal do Porto, faz saber que, no processo abreviado, n.º 530/05.8PJPRT, pendente neste Tribunal contra o arguido Valdemar Pascoal Carvalho da Silva, filho de Augusto da Costa e Silva e de Fernanda de Carvalho Francisco, natural de Portugal, Paranhos, Porto, nascido em 27 de Fevereiro de 1964, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 8464595, com domicílio na Rua Padre Costa, 747, São Mamede de Infesta, 4465 São Mamede de Infesta, por se encontrar acusado da prática de um crime de furto simples, previsto e punido pelo artigo 203.º do Código Penal, praticado em 26 de Junho de 2005, por despacho de 17 de Julho de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal.

18 de Julho de 2006. — A Juíza de Direito, *Paula Cristina P. C. Melo*. — A Oficial de Justiça, *Maria do Sameiro A. Afonso*.